



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESARQUIVADO (DO SR. JOÃO NATAL)

ASSUNTO:

Acrescenta parágrafo ao artigo 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, a fim de possibilitar a quebra de sigilo bancário de todos os candidatos a cargos eletivos.

DESPACHO: 18/10/95: APENSE-SE AO PL 3.406/92.

AO ARQUIVO

em 31 de OUTUBRO de 19 95

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

DE 19 95

1.107

PROJETO N.º

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.107, DE 1995
(DO SR. JOÃO NATAL)



Acrescenta parágrafo ao artigo 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, a fim de possibilitar a quebra do sigilo bancário de todos os candidatos a cargos eletivos.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.406/92)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 18/10/95
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 1107 DE 1995.
(Do Sr. JOÃO NATAL)

Acrescenta parágrafo ao artigo 38 da Lei nº 4595, de 31.12.64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, a fim de possibilitar a quebra do sigilo bancário de todos os candidatos a cargos eletivos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica acrescentado o seguinte parágrafo ao artigo 38 da Lei nº 4595, de 31.12.64:

§ 8º Não se aplicam as disposições contidas neste artigo às contas bancárias dos candidatos a mandatos eletivos no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal, a partir da data do respectivo registro de candidatura.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.



JUSTIFICAÇÃO

O sigilo bancário encontra-se regulamentado entre nós desde a edição da própria Lei nº4595, de 31.12.64 que dispôs sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias.

A disciplina desta matéria, contudo, produzida já há 30 anos necessita ser revista de forma a melhor adequar-se à realidade de nossos dias.


Com efeito, em governos mais recentes ocorreram inúmeras irregularidades no âmbito da administração, a ensejarem inclusive investigação através de Comissões Parlamentares de Inquérito constituídas nesta Casa.

Por meio destas foram constatados diversos casos de corrupção, abuso de poder e enriquecimento ilícito, entre outros, o que vem demonstrar a necessidade de legislação mais rigorosa prevendo formas mais eficazes e facilitando, por conseguinte, a elucidação de irregularidades em casos análogos.

Por tais considerações e à vista, em especial, da conveniência de tornar-se a administração pública o mais transparente possível, facilitando o procedimento de apuração de possíveis irregularidades é que consideramos oportuna a presente iniciativa que objetiva possibilitar a quebra do sigilo bancário de todo aquele que pretenda candidatar-se a cargo eletivo no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, nas esferas federal, estadual e municipal desde a data do respectivo registro de candidatura.

Tudo isto posto, contamos com o apoio de nosso ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 18 de out de 199 .


DEPUTADO JOÃO NATAL



LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964 (*)

Dispõe sobre a Política e as Instituições monetárias, bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

CAPÍTULO IV DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Seção IV Das Instituições Financeiras Privadas

Art. 38. As instituições financeiras conservarão sigilo em suas operações ativas e passivas e serviços prestados.

§ 1º As informações e esclarecimentos ordenados pelo Poder Judiciário, prestados pelo Banco Central do Brasil ou pelas instituições financeiras, e a exibição de livros e documentos em juízo, se revestirão sempre do mesmo caráter sigiloso, só podendo a eles ter acesso as partes legítimas na causa, que deles não poderão servir-se para fins estranhos à mesma.

§ 2º O Banco Central do Brasil e as instituições financeiras públicas prestarão informações ao Poder Legislativo, podendo, havendo relevantes motivos, solicitar sejam mantidas em reserva ou sigilo.

§ 3º As Comissões Parlamentares de Inquérito, no exercício da competência constitucional e legal de ampla investigação (art. 53 da Constituição Federal e Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952), obterão as informações que necessitarem das instituições financeiras, inclusive através do Banco Central do Brasil.

§ 4º Os pedidos de informações a que se referem os §§ 2º e 3º deste artigo deverão ser aprovados pelo plenário da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal e, quando se tratar de Comissão Parlamentar de Inquérito, pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º Os agentes fiscais tributários do Ministério da Fazenda e dos Estados somente poderão proceder a exames de documentos, livros e registros de contas de depósitos, quando houver processo instaurado e os mesmos forem considerados indispensáveis pela autoridade competente.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior se aplica igualmente à prestação de esclarecimentos e informes pelas instituições financeiras às autoridades fiscais, devendo sempre estas e os exames serem conservados em sigilo, não podendo ser utilizados senão reservadamente.

§ 7º A quebra de sigilo de que trata este artigo constitui crime e sujeita os responsáveis à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, aplicando-se, no que couber, o Código Penal e o Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.